



IMPLICATURAS ESCALARES COMO IMPLICATURAS DE COMPATIBILIDADE

SCALAR IMPLICATURES AS IMPLICATURES OF COMPATIBILITY

Renato Caruso Vieira¹

Resumo: Implicaturas escalares são tradicionalmente definidas como interpretações *upper-bound* de termos escalares fracos, nas quais estes assumem a máxima força informacional de suas escalas, negando termos mais informativos (e.g. "somente alguns mas não todos") por obra da primeira submáxima de Quantidade de Grice. Aderimos a Noveck & Sperber (2007) que, em sua abordagem baseada na Teoria da Relevância, sugerem ser a maioria dos casos tratados como implicaturas escalares apenas explicaturas de estreitamento conceitual (portanto, nem implicaturas e nem escalares). Porém, ao contrário de Noveck & Sperber (2007), acreditamos que nem mesmo negações implicadas, por termos fracos, de termos fortes cuja adequabilidade contextual seja posta em dúvida devam ser consideradas implicaturas escalares. Propomos um modelo de derivação de tais implicaturas que não se sustenta sobre as relações escalares estabelecidas entre os conceitos mas, sim, na compatibilidade percebida pelos interlocutores entre os sentidos comparados. Procuramos demonstrar que nada além de processos de ajuste conceitual por explicatura em conjunção com regras dedutivas de tipo *modus ponens* seja necessário para extração de implicaturas de compatibilidade. Assim, o modelo proposto é capaz de explicar uma gama de fenômenos pragmáticos mais vasta do que aqueles classificados como implicaturas escalares, recorrendo a princípios comuns à interpretação geral de enunciados e, no caso das inferências dedutivas, também à interpretação de estímulos não-linguísticos.

Palavras-chave: pragmática; implicaturas escalares; teoria da relevância.

Abstract: Scalar implicatures are traditionally defined as upper-bound interpretations of weak scalar terms, in which these terms assume the highest informative strength of their scales, denying more informative terms (e.g. "only some but not all") due to Grice's first submaxim of Quantity. I adhere to Noveck & Sperber (2007)'s hypothesis based on Relevance Theory, according to which the majority of cases considered scalar implicatures are just explicatures of conceptual narrowing (therefore, not implicatures nor scalar). However, in opposition to Noveck & Sperber (2007) I believe that not even implicated denials of stronger terms — which suitability to the context is under question — by weak terms should be considered scalar implicatures. I propose a model of derivation of such implicatures which is not supported by scalar relations established between concepts, but by the interlocutors' perception of compatibility between the concepts in comparison. I intend to demonstrate that processes of conceptual adjustment by explicature in conjunction with deductive rules of the *modus ponens* kind are sufficient for the extraction of implicatures of compatibility. Being so, the proposed model is able to explain a wider range of pragmatic phenomena than those classified as scalar implicatures resorting to principles that are common to the general interpretation of utterances and, in the case of deductive inferences, also to the interpretation of non-linguistic stimuli.

Keywords: pragmatics; scalar implicatures; relevance theory.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.
caruso_108@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6209-2594>

Agradecemos aos assessores *ad hoc* pelas contribuições constantes nos pareceres emitidos.

1. INTRODUÇÃO

As implicaturas escalares vêm se consolidando nas últimas décadas como tema de destaque em trabalhos e debates acadêmicos no campo da linguística, sendo objeto de abordagens tanto mais formalistas quanto mais cognitivistas e de estudos com foco neurolinguístico (HARTSHORNE *et al.*, 2015, KAMPA *et al.*, 2019), psicolinguístico de processamento mental (BOTT; NOVECK, 2004, BREHENY; KATSOS; WILLIAMS, 2005), de aquisição de linguagem (NOVECK, 2001, PAPAFRAGOU; TANTALOU, 2004), etc.

O fenômeno das implicaturas escalares é entendido a partir das chamadas escalas de Horn (HORN, 1972), nas quais se organizam termos que compartilhem afinidades semânticas mas que se diferenciem entre si por graus de informatividade ou força semântica, de modo que estabeleçam necessária relação de acarretamento dos termos fortes (mais informativos) para os mais fracos (menos informativos). Assim acontece, por exemplo, em escalas como <todos, alguns>, <lindo, bonito>, <deve, pode>, <e, ou>, etc.

As implicaturas escalares constituiriam intervenções pragmáticas sobre o significado lógico-semântico de termos escalares fracos. Enquanto que deste deriva-se interpretação *lower-bound*, aquelas são responsáveis por imposição de limite máximo (*upper-bound*) de informatividade interpretável nos termos fracos. Em contextos de implicatura escalar, termos como o "alguns", de 1), não comunicam compatibilidade potencial com os termos fortes de suas escalas (no caso abaixo, "todos") mas os rejeitam em negação direta implicada.

- 1) A: — Todos os alunos chegaram?
B: — Alguns chegaram.

Tal classe de inferências é tradicionalmente percebida como expressão da primeira submáxima conversacional de Quantidade de Grice: "faça sua contribuição tão informativa quanto requerido" (GRICE, 1975, p. 45). Assim, diante de um interlocutor cooperativo que produziria uma expressão mais informativa se a ela correspondesse o evento descrito, recorre o ouvinte à interpretação de que "a proposição mais fraca implica que [o falante] S acredite na negativa da proposição mais forte" (LEECH, 1983, p. 85).

Abaixo teríamos, assim, exemplos de implicaturas escalares visto que, neles, "alguns" tem sentido, alegadamente, de algo como "somente alguns mas não todos".

- 2) Alguns mamíferos são cachorros.
3) Alguns andares estão sem luz.

Ainda nas décadas de 80 e 90 do século passado, diversos autores dedicados ao tema apontaram fenômenos que desafiam os parâmetros canônicos do que podemos entender por escalas de Horn e por implicaturas do tipo escalar (e.g. GAZDAR, 1979, LEECH, 1983, HIRSCHBERG, 1985, REITER, 1990, MATSUMOTO, 1995).

Por exemplo, Hirschberg (1985) notou que itens que, em si mesmos, não se relacionam por acarretamento podem, quando inseridos em determinados contextos, gerar implicatura de tipo escalar. É o caso de expressões discursivamente organizadas como etapas de um mesmo evento:

- 4) O João ligou o forno.
5) A: — O João fez o jantar?
B: — O João ligou o forno.

O enunciado 4) não produz implicatura equivalente a "O João não fez o jantar", bem como tal implicatura, que enxergamos sendo extraída do enunciado de B, em 5), não pode ser atribuída ao pertencimento natural das expressões que alegadamente se alternam em força a uma mesma escala de Horn. Em consideração ao sentido próprio das expressões, não há escala possível <fazer o jantar, ligar o forno> posto que o termo "forte" não acarreta o "fraco" (um jantar pode ser feito sem que um forno seja ligado).

Neste texto, oferecemos uma proposta inovadora de compreensão das inferências tradicionalmente classificadas escalares, capaz de abarcar, em seu escopo explanatório, também fenômenos pragmáticos não escalares e implicaturas de confirmação. Para isso, nos afastaremos da abordagem griceana, buscando na Teoria da Relevância tanto uma consistente análise dos enriquecimentos pragmáticos sobre os sentidos explícitos quanto uma integração de tais processos interpretativos com a derivação de implicaturas por meio de cálculos dedutivos.

2. NEM IMPLICATURAS E NEM ESCALARES

A Teoria da Relevância trata por explicatura "a combinação entre os traços conceituais linguisticamente codificados e os inferidos contextualmente" (SPERBER; WILSON, 1995, p. 182), ou seja, o significado propriamente semântico — ou forma lógica — de um enunciado pragmaticamente enriquecido com complementações ou ajustes conceituais necessários para a adequação interpretativa ao contexto.

Assim, ao passo que os enriquecimentos pragmáticos por explicatura se servem dos contextos para definição de sentidos já delineados pela semântica dos enunciados², implicaturas compreendem saltos interpretativos mais largos entre o sentido codificado pelo falante e o tencionado por ele, requerendo, do ouvinte, caminhos inferenciais mais sinuosos.

A Teoria da Relevância aprofunda a noção, já encontrada em Grice, de que a expressão linguística é composta por meras pistas da intenção comunicativa do falante a ser inferida pelo ouvinte. Também, inova ao defender que a comunicação verbal gera, automaticamente, uma expectativa de relevância, ou seja, a expectativa de que o ato de capturar a atenção do ouvinte para a inferência de uma intenção comunicativa promova, para este, efeitos cognitivos positivos³. Com isso, todo processo interpretativo de estímulos linguísticos toma como referência o motivo pelo qual o emissor considerou relevante veicular tais estímulos a um indivíduo — ou grupo de indivíduos — em particular em um contexto específico.

Mais precisamente, a relevância é um valor de incumbência otimizador evolutivamente talhado como princípio regulador dos processos cognitivos humanos, e entendida como uma função dos efeitos cognitivos oferecidos por determinado estímulo com o custo operacional de sua apreensão. Por isso, a busca por relevância consiste na elaboração de hipóteses interpretativas que, seguindo o caminho do menor esforço, é interrompida tão logo a expectativa de relevância invocada pelo ato comunicativo seja satisfeita.

Para a Teoria da Relevância, a ação pragmática sobre os sentidos explícitos (explicaturas) acontece, ao menos em grande parte, por ajustes conceituais de

² O que também pode ser entendido como uma delimitação proposicional, ou seja, a seleção da proposição contextualmente adequada dentre as múltiplas possibilidades projetadas pela forma lógica da sentença.

³ Segundo Wilson e Sperber (2004, p. 608), "um efeito cognitivo positivo é uma diferença que valha o custo para a representação de mundo de um indivíduo — uma conclusão verdadeira, por exemplo".

estreitamento ou alargamento dos sentidos linguisticamente codificados (CARSTON, 2002, WILSON, 2004). Vejamos:

6) Para entrar no campo de futebol, uma bola precisa estar com o peso determinado oficialmente.

7) O João está soterrado de trabalho.

Ao passo que ao item lexical "bola" corresponde uma vastidão conceitual que compreende todo corpo esférico, seu significado, em 6), é incompatível com a quase totalidade da área semântica coberta pelo termo, de maneira que tal conceito, interpretado por explicatura, é modulado contextualmente por estreitamento do sentido literal.

Seguindo o caminho interpretativo de menor esforço, ao ouvinte de 6) não ocorre testar hipóteses patentemente incompatíveis com o contexto, como "bola de gude" ou "bola como abstração geométrica". Em vez disso, o ouvinte é rápida e inequivocamente direcionado ao conceito *ad hoc* ajustado por estreitamento que, ao menos para tal termo, satisfaz a expectativa de relevância gerada pelo enunciado: "bola de futebol".

Por sua vez, a acepção literal de "soterrado" é preterida, em 7), para que o sentido metafórico assuma a prioridade de relevância. Porém, ao contrário do estreitamento, que reduz o feixe significativo do conceito, opera-se, nas metáforas, ajuste conceitual por alargamento (também chamado de "afrouxamento"⁴), de modo que alguns traços semânticos próprios do item lexical são abandonados permitindo uma expansão de esfera de significados que abarca conceitos associados ao original apenas pelo conjunto de traços ainda preservado nele. Assim, o sentido *ad hoc* de "soterrado", no exemplo, perde os traços da materialidade da terra ou dos escombros para encontrar intersecção de sentido com um grande volume de trabalho na medida de ambos submeterem os sujeitos a um efeito sufocante de limitação de ações.

A aplicação da Teoria da Relevância às implicaturas escalares é foco do artigo de Noveck e Sperber (2007), no qual os autores apresentam os exemplos abaixo (NOVECK; SPERBER, 2007, p. 9) para analisá-los da maneira como resumiremos a seguir:

8) A maioria dos americanos é criacionista e alguns ainda acreditam que a Terra é plana.

9) [Jane para Henry]: Alguns convidados chegaram.

Ao passo que o termo fraco "alguns", em ambos os enunciados, dispararia implicatura escalar na abordagem tradicional do tema, os relevantistas sugerem que, na verdade, estejam agindo no processo interpretativo de tal termo, nesses casos, modulações conceituais no nível de explicatura.

Assumindo que o termo "alguns" tenha sentido codificado/literal que pode ser parafraseado por "pelo menos dois e talvez quase todos ou todos", e sentido de "implicatura escalar" que pode ser entendido como "pelo menos dois mas não quase todos nem todos", o conceito *ad hoc*, fruto do contexto de 8), não se enquadra em nenhuma das duas definições. Dificilmente o termo seria interpretado, em 8), como compatível com "dois americanos", visto que tão ínfima quantidade não seria contextualmente relevante, de modo que o limite inferior de tal conceito *ad hoc* deve ser bem mais elevado. Também, o contexto sentencial estabelecido por "maioria", no início do enunciado, sugere o uso de "alguns" referir-se a quantidade inferior à maioria, de maneira que o limite "superior" de tal alcance *ad hoc* do termo não deve ser limitado por "quase todos", "todos" ou qualquer

⁴ Originalmente, *broadening* ("alargamento") e *loosening* ("afrouxamento").

ponto da escala determinado pela própria natureza semântica escalar de "alguns" mas, sim, pela "maioria", explicitada linguisticamente na sentença em particular. Temos, então, uma definição de sentido por estreitamento.

Por sua vez, o ajuste de sentido, por explicatura, de "alguns", em 9), pode variar juntamente com o contexto no qual foi produzido. Reproduzindo uma das possibilidades conjecturadas por Noveck & Sperber (2007, p. 9-10), suponhamos que Henry tenha sido incumbido de buscar a sobremesa para o jantar oferecido aos amigos assim que os convidados começassem a chegar. Ao ouvir a campainha soando, Jane grita 9) para Henry, que está na garagem. Dessa forma, Henry não sabe quantos convidados chegaram — se um, poucos, muitos ou todos — e, tampouco, se a própria Jane chegou a abrir a porta para se certificar de tal quantidade. Posto que o enunciado é tornado relevante pelo fato de qualquer número de convidados ter chegado, o conceito *ad hoc* se ajusta ao contexto por alargamento, cobrindo a área informacional que se estende de "um convidado" (portanto, menos do que o mínimo de dois codificado em "alguns") até "todos os convidados".

Trata-se, portanto, de movimentos interpretativos de definição de sentido análogos aos voltados a 6) e a 7), em sugestão de que nenhuma interferência especial da escalaridade de "alguns" tenha agido sobre o processo.

Além disso, para que o sentido de "alguns" fosse definido em função de sua escalaridade, uma representação da escala completa deveria emergir na mente do ouvinte, visto que o valor de um item escalar só lhe é atribuído por contraste com os demais e seus limites mínimo e máximo próprios são definidos por sua posição relativamente ao termo mais forte de sua escala (no caso "todos"), o que não vemos razão para que aconteça. Seguindo o caminho de menor esforço, as alternativas de compreensão contextualmente não relevantes, tais como "dois", "quase todos" ou "todos", em 8), não chegam a ser consideradas, da mesma maneira como "bola de gude" não chega a ocorrer ao ouvinte do enunciado 6).

Vemos, assim, que, em casos como o exemplificado em 8), a exclusão do "todos" é consequência do estreitamento conceitual que o exila para além do mais limitado conjunto de sentidos relevante, sem que ocorra uma negação direta do termo forte, como aconteceria em uma implicatura escalar.

Para visualização mais tangível do processo, assumamos a estimativa da população dos Estados Unidos em 329.000.000, de onde calculamos uma maioria simples formada por, pelo menos, 164.500.001 habitantes do país. Ainda que seja impossível precisar a quantidade contextualmente relevante de "alguns americanos", em 8), sabemos que ela não pode ser superior a 164.500.000 e, apenas para fins ilustrativos, estipulemos que não deva ser inferior a 1.000.000. Com isso, a exclusão de "329.000.000 americanos" (todos) como possibilidade interpretativa de "alguns" se deve tão somente ao fato de tal quantidade não se encontrar no intervalo numérico/significativo contextualmente relevante para o termo: de 1.000.000 a 164.500.000.

Retornando a Noveck & Sperber (2007, p. 11), os autores concluem que:

De acordo com a Teoria da Relevância, então, as chamadas "implicaturas escalares" não são escalares, nem necessariamente implicaturas. É claro, a noção de "implicatura escalar" poderia ser redefinida para enquadrar apenas casos em que há uma pergunta implícita ou explícita a respeito de o uso de uma expressão mais informativa do que aquela empregada pelo falante (e.g. "todos" ao invés de "alguns") ser ou não justificado, e, nesses casos, a negação de uma reivindicação mais informativa pode, realmente, ser implicada pelo uso de uma expressão menos informativa.

Portanto, para os autores, as implicaturas escalares se resumiriam a casos como o do nosso exemplo 1), reproduzido abaixo, em que uma pergunta acerca da adequabilidade

do termo forte ao contexto — sobre o termo forte "ser ou não justificado" — é respondida por um termo fraco. Aqui, podemos encontrar uma genuína implicatura, um sentido gerado por "alguns" que não é próprio de sua natureza semântica: a negação do termo forte. Ou seja, se em explicaturas de estreitamento conceitual do "alguns", como ocorre em 8), o termo forte nem chega a ser considerado e, ainda menos, diretamente negado, parece incontestável que, em 1), a consideração e a negação do termo forte "todos" sejam parte indissociável do sentido veiculado pelo uso do termo fraco.

- 1) A: — Todos os alunos chegaram?
B: — Alguns chegaram.

Opondo-nos aos autores, iremos propor que nem mesmo casos como 1) devam ser classificados como implicaturas escalares.

Apesar de considerarmos pertinente a constatação de que, nos casos em pauta, o uso do "alguns" implica negação a uma pergunta contextual acerca da adequabilidade de "todos", enxergamos a aceitação, por parte de Noveck e Sperber, da denominação "escalar" como uma reminiscência, despercebida pelos autores, da máxima de Quantidade de Grice. Se "a negação de uma reivindicação mais informativa pode, realmente, ser implicada pelo uso de uma expressão menos informativa", então o ouvinte só pode ser portador da expectativa de que o falante "faça sua contribuição tão informativa quanto requerido".

3. IMPLICATURAS DE COMPATIBILIDADE

Retornando aos exemplos associados a inferências de tipo escalar na introdução deste texto, somos, agora, capazes de explicar os fenômenos vigentes em 2) e 3) recorrendo a não mais do que explicaturas de estreitamento conceitual. Resta-nos a análise dos mecanismos de produção de implicaturas como as extraídas de 1) e de 5).

- 2) Alguns mamíferos são cachorros.
3) Alguns andares estão sem luz.
1) A: — Todos os alunos chegaram?
B: — Alguns chegaram.
5) A: — O João fez o jantar?
B: — O João ligou o forno.

Dado terem restado, para nossa análise, apenas ocorrências nas quais, parafraseando a já registrada citação de Noveck & Sperber (2007, 11), termos fracos implicam a negação de termos fortes cuja adequação ao contexto é implícita ou explicitamente colocada em dúvida, gostaríamos de explorar uma proposta mais intuitiva do que aquela que atribui a produção de tais inferências a variações de quantidade informacional entre os termos: parece-nos que a comparação decisiva, aqui, aconteça entre a qualidade e não a quantidade das informações. Assim, bastaria a percepção da incompatibilidade conceitual do termo respondido com o perguntado para que a negação deste ficasse sugerida.

Sendo verdade que não há exigência de relação escalar entre os termos envolvidos na produção da implicatura sob análise e que a geração dela não requer mais do que a percepção da incompatibilidade conceitual entre os itens, tais implicaturas, a exemplo das explicaturas trazidas na sessão anterior, não são escalares e podem resultar de palavras,

expressões ou sentenças que não apresentem alternância de força informacional e nem sejam organizáveis em escalas em Horn.

Assim, aquela que alegamos ser implicatura do mesmo tipo, que nega a informação situacionalmente inadequada postulada interrogativamente por meio da sua substituição pela informação adequada, pode ser encontrada, por exemplo, em:

10) A: — Você comprou a camisa amarela?

B: — Eu comprei a camisa azul.

Ainda, caso a interação entre termos escalares fosse, em ambientes enunciativos como 1), mediada, de fato, pela escalaridade que carregam, a negação, por implicatura, seria ocorrência exclusiva de termos fracos que, assumindo valor *upper-bound*, negariam termos localizados em regiões superiores de suas escalas. Encontramos, no entanto, ocorrências em que termos fortes negam termos fracos (que, no rigor da escalaridade, deveriam confirmar por acarretamento).

11) [O coordenador da escola ouviu rumores de que o diretor havia comprado apenas ingressos suficientes para levar uma classe de estudantes à peça educativa. Considerando injusta a exclusão dos demais alunos do programa, o coordenador resolve confirmar a informação]

[Coordenador]: — Você comprou alguns dos ingressos pra peça?

[Diretor]: — Eu comprei todos os ingressos pra peça.

12) [Dentre um acervo de quadros em que todos são bonitos, alguns poucos, os lindos, serão selecionados para uma exposição]

A: — Este quadro é bonito?

B: — Este quadro é lindo.

Naturalmente, seria possível alegar que os termos fracos enunciados por A tivessem sentido de implicatura escalar ("somente alguns mas não todos", em 11), e "somente bonito mas não lindo", em 12)) e que, de alguma forma, a aplicação da primeira máxima de Quantidade fosse corrigida pelas respostas de B, de maneira a sugerir a inadequação do termo fraco como portador da maior informatividade possível em consideração ao que se acredita ser verdadeiro. Teríamos, assim, em cada exemplo, uma implicatura — de tipo e funcionamento não muito bem definidos — negando uma implicatura escalar.

Porém, como veremos, o modelo de derivação de implicaturas defendido neste texto tem o mérito de acolher sob os mesmos princípios operacionais uma gama mais vasta de fenômenos, sem a necessidade de evocação de conceitos menos intuitivos como interação entre diferentes graus de informatividade e máxima conversacional de Quantidade.

Se estivermos certos, "todos" implica a negação de "alguns", em 11), e "lindo" implica a negação de "bonito", em 12), pela incompatibilidade conceitual estabelecida, nos contextos particulares, entre eles.

A fim de entendermos tal ajuste de sentidos dos termos capaz de torná-los incompatíveis — quando, em seu caráter lógico-semântico, um termo como "lindo" é tão compatível com "bonito" que o acarreta —, basta que recorramos às operações de estreitamento conceitual promovidas por explicatura.

Por força contextual, o sentido *ad hoc* de "alguns", em 11), é estreitado para fazer referência à quantidade de ingressos suficiente para uma classe de estudantes, de modo que o termo não será produzido ou compreendido como abrangendo a totalidade dos

ingressos em pauta. Por sua vez, não há evidência contextual de que o diretor, em seu uso de "todos", pretendesse estipular quantidade de ingressos inferior à própria totalidade deles. Estendendo-se sobre domínios semânticos de quantidade excludentes, a incompatibilidade da afirmação respondida com a informação posta em dúvida implica a negação da última.

Assim, supondo que as classes da escola em questão comportem quantidade de estudantes que varie entre 28 e 35, e que os ingressos passíveis de serem adquiridos pelo diretor eram 350, o efeito de negação implicada da resposta, em 11), advém do não pertencimento da quantidade afirmada de 350 (todos) ao intervalo perguntado: de 28 a 35 (o "alguns" *ad hoc*).

Se retornarmos à análise que oferecemos do exemplo 8), o paralelismo dos casos se impõe: lá, a exclusão interpretativa de "329.000.000 americanos" (todos) acontecia por força de um estreitamento que reduziu a possibilidade quantitativa de "alguns" ao intervalo entre 1.000.000 e 164.500.000. Em 11), estreitamento da mesma natureza molda o sentido do "alguns", com a diferença de que, agora, a adequação de tal sentido *ad hoc* está sendo posta em dúvida antes de ser respondida pela afirmação da quantidade previamente excluída pelo estreitamento conceitual do termo fraco.

Raciocínio da mesma ordem pode ser aplicado à análise de 12), sobretudo, se valores de beleza forem estimados numericamente. Caso a intensidade de beleza de um quadro seja, como assunção contextual mutuamente manifesta aos interlocutores, representada pelo item lexical "bonito" apenas quando se insira num intervalo de níveis hipotéticos entre 4 e 7, enquanto que o nível de intensidade de beleza comunicado por "lindo" parta de um limite mínimo de 8, então o não pertencimento do "8 ou mais" ao espaço quantitativo estendido de 4 a 7 gera incompatibilidade do sentido respondido com o perguntado e, conseqüentemente, a negação deste por implicatura.

Imaginemos, agora, que o diálogo 11) fosse travado no seguinte ambiente: o coordenador comprou ingressos para a única classe de estudantes que havia demonstrado interesse na peça educativa, mas, no dia anterior ao da exibição, mais uma classe manifestou interesse. Ao descobrir que os ingressos, então, estavam esgotados, o coordenador resolve recorrer ao diretor, que talvez também tivesse comprado ingressos para a escola.

Desta vez, o coordenador, interessado em saber se há ingressos suficientes para mais uma classe, tem seu conceito *ad hoc* de "alguns" ajustado apenas a partir de um limite mínimo⁵, de maneira que se estende ilimitadamente para quantidades superiores, tornando o conceito compatível, deste vez, com o de "todos os ingressos", que não apenas não nega o termo mais fraco por implicatura mas, ainda, o confirma.

Supondo que a nova classe a demonstrar interesse pela peça seja integrada por 30 alunos e que a totalidade de ingressos some 350, o termo fraco proferido pelo coordenador, interpretável como "pelo menos alguns", abrange o intervalo numérico entre 30 e 350. Ao responder "todos", o diretor informa ter adquirido 350 ingressos, quantidade contemplada no sentido *ad hoc* do termo fraco perguntado e, portanto, compatível com ele.

Vislumbramos, com isso, a existência de duas subclasses de implicaturas de compatibilidade: havendo incompatibilidade assegurada pelo não pertencimento do campo de significado *ad hoc* do termo respondido ao do termo perguntando, dá-se uma implicatura de negação (do termo perguntado); havendo compatibilidade conceitual

⁵ Apesar de a estipulação de apenas um limite informacional mínimo para termos fracos configurar o sentido literal deles, consideramos o exemplo em pauta *ad hoc* (enriquecido por explicatura) pela adoção hipotética de uma quantidade mínima de alunos por classe superior a dois. Ressaltamos que, caso o uso do "alguns", aqui, fosse literal (pelo menos dois e talvez todos), em nada a análise que oferecemos seria comprometida.

assegurada pelo pertencimento integral do campo de significado *ad hoc* do termo respondido ao do termo perguntando, dá-se uma implicatura de confirmação (do termo perguntado).

Notemos que, também no caso das implicaturas confirmativas, o eventual caráter escalar dos itens em interação não deve lhes conferir tratamento distinto do que encontramos na mesma classe de implicatura produzida pela interação informativa de expressões não escalares.

13) A: — O João é médico?

B: — O João é pediatra.

Naturalmente, o fato de não estarmos lidando, agora, com itens escalares, nos impede de ilustrar a compatibilidade conceitual entre eles através de representações numéricas. Entretanto, de maneira análoga a como 350 inequivocamente pertence ao conjunto significativo/numérico que vai de 30 a 350, "ser pediatra" é atributo incluído no grupo de "ser médico". Por isso, extraímos da resposta de B uma implicatura confirmativa da informação colocada em dúvida por A.

Por fim, relembremos que a citação de Noveck & Sperber (2007, p. 11) aqui já registrada identifica como implicatura, alegadamente escalar, a negação de "uma pergunta implícita ou explícita". Seguem exemplos de como nossa proposta engloba, também, implicaturas de negação (14) ou confirmação (15) de perguntas contextualmente implícitas:

14a) [Um grupo de amigos está discutindo se algum deles já conheceu um jogador profissional de futebol. Após todos negarem, Pedro olha com expressão de estranhamento para Marcelo, cujo pai, como era de conhecimento de todos, havia trabalhado em um time de futebol, de modo que havia a suspeita, por parte dos amigos de Marcelo, de que o pai dele pudesse ter atuado como jogador. Como reação ao olhar de Pedro, Marcelo diz:]

[Marcelo]: — Meu pai era o tesoureiro do time.

b) Seu pai era jogador de futebol?

Assim, ainda que 14b) não tenha sido proferido, podemos extrair uma implicatura de negação de tal pergunta contextualmente implícita do enunciado de Marcelo, em 14a).

Analogamente, se a ocorrência ganhasse os contornos de 15a), o enunciado de Marcelo, então, confirmaria, por implicatura, a pergunta contextualmente implícita 15b):

15a) [Um grupo de amigos está discutindo se algum deles já conheceu um jogador profissional de futebol. Pedro olha para Marcelo, cujo pai, como era de conhecimento de todos, havia trabalhado em um time de futebol, de modo que havia a suspeita, por parte dos amigos de Marcelo, de que o pai dele pudesse ter atuado como jogador. Como reação ao olhar de Pedro, Marcelo diz:]

[Marcelo]: — Meu pai era o artilheiro do time.

b) Seu pai era jogador de futebol?

3.1. Inferência dedutiva

Assumindo que o processo interpretativo de enunciados seja guiado pela expectativa de relevância gerada pelos estímulos comunicativos, parece-nos razoável acreditar que uma resposta a uma pergunta sim/não já emerja imbuída de expectativa de atingir sua relevância ao significar "sim" ou "não". Portanto, o esforço interpretativo do

ouvinte não deve transgredir — sob pena de despende esforço de processamento infrutífero — os limites do foco na inferência de uma intenção confirmativa ou negativa, seja veiculada mais explicitamente — com enunciação de "sim", "não", "é", de resposta eco, etc. — ou, como nos nossos casos de interesse, por implicatura.

Sendo assim, propomos que, ao identificar a ausência de fórmulas linguísticas que codifiquem confirmação ou negação, o ouvinte de uma resposta a uma pergunta sim/não volte automaticamente seu esforço interpretativo a inferências pertinentes à compatibilidade do enunciado respondido com o perguntado, sempre com vistas ao propósito final de extrair intenção comunicativa de confirmação ou negação do termo perguntado.

Trata-se, portanto, da busca por uma implicatura que satisfaça a expectativa de informação relevante, sendo que tal busca acontece paralelamente aos ajustes conceituais, por explicatura, capazes de definir se os termos da resposta foram proferidos com intenção de veicular sentidos *ad hoc* compatíveis ou incompatíveis com aqueles colocados em dúvida. Tal possibilidade de influência mútua entre operações inferenciais de explicatura e de implicatura, com foco na satisfação da relevância, é consoante com o modelo de "subtarefas no processo de compreensão geral" da Teoria da Relevância, tarefas essas que, enfatizam seus autores, não devem ser entendidas como sequenciais, mas como sendo "desenvolvidas paralelamente diante do *background* das expectativas (ou hipóteses antecipatórias), que podem ser revisadas ou elaboradas enquanto o enunciado se desdobra" (WILSON; SPERBER, 2004, p. 615):

- a. Construir uma hipótese apropriada sobre o conteúdo explícito (explicaturas) por meio de decodificação, desambiguação, resolução de referência e outros processos de enriquecimento pragmático.
- b. Construir uma hipótese apropriada sobre as tencionadas assunções contextuais (premissas implicadas).
- c. Construir uma hipótese apropriada sobre as tencionadas implicações contextuais (conclusões implicadas).

Sabendo, então, que nossa proposta prevê o cálculo de implicaturas de negação ou de confirmação a partir da compatibilidade ou da incompatibilidade da informação nova com a dada, e que a determinação da incompatibilidade por exclusão ou da compatibilidade por acarretamento segue da comparação de conceitos *ad hoc* potencialmente ajustados por explicatura⁶, resta-nos precisar a natureza e o funcionamento do mecanismo inferencial "final" cujo desfecho são as próprias implicaturas.

Gostaríamos de propor que o processo de inferência de tais implicaturas de negação ou confirmação assumam a estrutura de organização e manipulação conceitual de inferências dedutivas de eliminação. Assim, determinados os conceitos *ad hoc* com parâmetro na compatibilidade ou incompatibilidade entre eles, realiza-se a comparação entre ambos no formato de uma regra dedutiva sintética condicional de tipo *modus ponens* (ou seja, com a afirmação da primeira proposição, que implica a segunda) para conclusão de confirmação ou negação de um dos conceitos: aquele cuja adequabilidade é colocada em suspeita na pergunta.

⁶ No evento da interpretação da resposta, a expressão colocada em dúvida na pergunta já terá sido submetida ao processo interpretativo do ouvinte, de modo que a informação equivalente ao seu sentido *ad hoc* será assunção contextual compartilhada pelos interlocutores. Assim, o movimento inferencial de explicatura, para fins de verificação de compatibilidade, só pode ocorrer sobre o conceito novo, introduzido no enunciado da resposta, em busca do sentido *ad hoc* do qual foi dotado pelo falante com a intenção de comunicar compatibilidade ou incompatibilidade com aquele contextualmente já estabelecido.

Mediante a identificação da compatibilidade entre os conceitos, opera-se dedução por *modus ponens* tradicional (16a)) e, verificada incompatibilidade mutuamente excludente entre eles, insere-se um operador de negação ante a informação implicada na premissa inicial (16b). Em nossa notação, P corresponderá à informação nova, veiculada pelo enunciado da resposta e interpretada por enriquecimento pragmático de explicatura, enquanto que, a Q, corresponderá a alternativa previamente colocada em dúvida⁷.

16a) $P \rightarrow Q, P \vdash Q$

b) $P \rightarrow \neg Q, P \vdash \neg Q$

Com isso, podemos estipular que a interação entre as operações inferenciais que resultam nas implicaturas em pauta acontece com a influência e a dependência mútuas entre ajustes conceituais por explicatura e a estrutura dedutiva adotada. Ou seja, a expectativa de relevância gerada por uma resposta indireta a uma pergunta sim/não reduz o campo de possibilidades de processamento inferencial aos dois modelos dedutivos de 16), enquanto que cabe às atividades de explicatura a determinação de qual deles será ativado para exercício da dedução sintética cujo resultado será a informação implicada final: a confirmação ou a negação que satisfaz a expectativa de relevância e, conseqüentemente, encerra o esforço de compreensão do enunciado.

As inferências dedutivas são reconhecidas como membros importantes do maquinário da razão humana, pelo menos, desde a antiguidade clássica e são apontadas por estudos de ciências cognitivas como presentes já em crianças muito novas (RICHARDS; SANDERSON, 1999, GAZES; HAMPTON; LOURENCO, 2015). Sendo assim, ao recorrer a operações dedutivas para composição de nosso modelo, evitamos a inserção, nele, de princípios linguístico-cognitivos exóticos à intuição ou ao conhecimento bem estabelecido sobre o funcionamento dos processos interpretativos.

Uma vez mais, podemos recorrer à Teoria da Relevância em busca de amparo teórico. Nela, inferências dedutivas são tidas como as operações basilares na geração pragmática de significados, de modo que "uma função central do dispositivo dedutivo é, então, a de derivar, espontânea, automática e inconscientemente as implicações contextuais de uma informação recém-apresentada em um contexto de informações antigas do mundo" (SPERBER; WILSON, 1995, p. 108).

Os autores classificam como "triviais" as derivações dedutivas que, por meio de regras de introdução, apenas estendem arbitrariamente o conteúdo do *input*, sem propriamente "interpretá-lo" explicativamente, como exemplificado em 17). Por isso, entendem as inferências dedutivas de eliminação — como as que adotamos em nosso modelo — como as únicas capazes de promover implicações contextuais.

17a) O fogo queima.

b) O fogo queima e o fogo queima.

c) O fogo queima ou o Brasil é uma monarquia.

d) Não é verdade que o fogo não queima.

⁷ Apesar de modelos dedutivos, em suas representações lógicas, serem preenchidos por proposições, não parece adequado a um modelo de inferência pragmática que preze pela otimização de custo-benefício cognitivo assumir que inferências dedutivas participantes de processos interpretativos exijam representação mental das proposições completas associadas às assunções linguístico-contextuais pertinentes. Apesar de esta ser uma hipótese apenas marginal em nosso modelo, cuja eventual falsificação não traria conseqüências para nossa proposta central, defenderemos, neste texto, que as informações inseridas nas fórmulas dedutivas, para fins de inferência pragmática, se limitem aos conceitos relevantes para a dedução. Da mesma maneira, parece-nos que as próprias implicaturas de confirmação ou negação, apesar de poderem ser parafraseadas por proposições completas, tenham foco informacional na relevância do enunciado, sendo processadas de maneira similar a "sim Q" ou "não Q".

Para Sperber e Wilson (1995, p. 107-108), "um conjunto de suposições *P* implica contextualmente uma suposição *Q* em um contexto *C* se e somente se (i) a união de *P* com *C* implica não-trivialmente *Q*, (ii) *P* não implica não-trivialmente *Q*, e (iii) *C* não implica não-trivialmente *Q*". Ou seja, os fenômenos pragmáticos em foco neste texto, as implicaturas de compatibilidade, são suposições contextualmente implicadas (*Q*) na medida em que são produzidas — como alegamos, por meio de regras dedutivas de eliminação e, portanto, não-trivialmente — da união do conjunto de suposições veiculado pelo enunciado da resposta (*P*) com o contexto no qual se insere (*C*) — o que inclui a pergunta sim/não antecedente —, sendo que a mesma implicatura (*Q*) não poderia ser derivada não-trivialmente apenas do enunciado (*P*) e, tampouco, apenas do contexto (*C*)⁸.

Retornemos ao diálogo de 11), reproduzido abaixo, recordando-nos de que diferentes contextos podem fazer com que a implicatura extraída da fala do diretor seja de negação da informação colocada em dúvida ("alguns dos ingressos") ou de confirmação dela, dependendo da compatibilidade ou incompatibilidade assumida entre os conceitos *ad hoc* interpretados de "alguns" e "todos".

11) [Coordenador]: — Você comprou alguns dos ingressos pra peça?
[Diretor]: — Eu comprei todos os ingressos pra peça.

Em contextos de ajuste interpretativo das expressões "alguns dos ingressos" e "todos os ingressos" que resulte em conceitos *ad hoc* compatíveis — ocorrências em que a expressão sob dúvida assumiria sentido aproximado de "pelo menos alguns dos ingressos" —, a confirmação de "alguns dos ingressos" seria a conclusão de um cálculo dedutivo organizado em uma estrutura do tipo:

18) [Se é verdade que] todos os ingressos → [então é verdade que] alguns dos ingressos
[É verdade que] todos os ingressos
[Logo, é verdade que] alguns dos ingressos

Notemos que a implicatura de confirmação de "alguns dos ingressos" poderia ser explicitada em um enunciado que sugerisse relação de causalidade ou consequência necessária entre o fato de todos os ingressos terem sido comprados e a afirmação de "alguns", como em 19):

19) [Coordenador]: — Você comprou alguns dos ingressos pra peça?
[Diretor]: — Sim, porque eu comprei todos os ingressos pra peça.

Acreditamos ser o *modus ponens* capaz de capturar a intuição de que a afirmação por implicatura seja provocada por uma relação de causalidade ("Sim, porque *P*") que, por sua vez, só pode ser verdadeira por assumir uma composição condicional entre as partes relevantemente alternantes no diálogo (a premissa inicial da fórmula dedutiva). Assim, o processo de compreensão do ouvinte, guiado por relevância, infere que o falante pretendeu significar que *Q* é verdadeiro *porque* *P* acabou de ser enunciado, por ele, como verdadeiro.

Convém destacar, também, que as representações de cálculos lógicos que aqui registraremos são simplificações didáticas complementadas pelas descrições do processo

⁸ Tal codificação por letras não deve ser confundida com aquela adotada em nosso modelo, na qual *Q* corresponde ao item previamente perguntado (consistindo, portanto, em informação contextual) e, ao mesmo tempo, ao resultado da dedução sintética, ou seja, à própria implicatura *Q* ou $\neg Q$.

que se estendem pelos parágrafos desta seção. Caso tentássemos representar, por exemplo, o cálculo em 18) com contornos conceituais mais fiéis aos do contexto hipotético da seção 3), terminaríamos com algo semelhante a

20) 350 ingressos → entre 30 e 350 ingressos
350 ingressos
entre 30 e 350 ingressos

Por sua vez, em contextos nos quais seja verificada incompatibilidade entre "alguns dos ingressos" e "todos os ingressos" por explicatura — casos em que, como já analisado, aquela expressão ganharia sentido *ad hoc* aproximado de "somente alguns dos ingressos" —, a implicatura negativa decorre de computação estruturada como:

21) todos os ingressos → ¬alguns dos ingressos
todos os ingressos
¬alguns dos ingressos

Aqui, também pode ser atribuída ao falante a intenção de comunicar um efeito de causalidade entre a afirmação enunciada em P e a negação de Q, efeito este sustentado por uma premissa que associe a falsidade de Q à veracidade de P.

Assumindo o contexto imaginado para 11), uma tentativa de representação de 21) que melhor incorporasse as devidas definições conceituais *ad hoc* por explicatura seria a que segue:

22) 350 ingressos → ¬entre 28 e 35 ingressos
350 ingressos
¬entre 28 e 35 ingressos

Ainda, ao representarmos o sentido tencionado pelos falantes, em suas respostas, no formato "Sim, porque P" ou "Não, porque P", transparece a duplicidade de ganhos cognitivos oferecida aos ouvintes pelos enunciados: ao lado da confirmação ou negação recuperáveis por implicatura, são introduzidas informações, na porção explícita dos enunciados, que os falantes assumem serem desconhecidas pelos interlocutores — afinal, se P conduz, por exemplo, à afirmação de Q e Q está sendo posto em dúvida, conclui-se a ignorância de P — ou, ainda, que, em alguns casos, podem dar origem outra(s) implicatura(s) adicional(is). Disto, tiramos a relevância (custo-benefício ótimo) de respostas indiretas a perguntas sim/não: o maior esforço de processamento interpretativo exigido, em comparação com respostas diretas, é compensado por um acréscimo nos efeitos cognitivos proporcionados.

Assim, por exemplo, se uma pergunta acerca da adequabilidade de "todos" é respondida por "alguns", não apenas o "não" implicado é obtido pelo ouvinte como ganho cognitivo mas, também, a informação de quantidade superior a "nenhum" que o próprio "alguns" respondido expressa — coisa que não aconteceria em um enunciado que explicitasse simplesmente um "não". Da mesma forma, a incompatibilidade entre "amarelo" e "azul", retirada de nosso exemplo 10), não apenas contribui informativamente com a negação implicada do "amarelo" mas, também, com a definição do azul; o "pediatra", em 13), não somente confirma o "médico" posto em questão mas, também, comunica um outro dado presumivelmente desconhecido pelo emissor da pergunta; etc.

4. CONCLUSÃO

Implicaturas de negação de termos mais fortes produzidas por termos escalares fracos são tradicionalmente entendidas como manifestações de máximas conversacionais griceanas, com participação decisiva da primeira submáxima de Quantidade: "faça sua contribuição tão informativa quanto requerido".

Neste artigo, propusemos um modelo de derivação pragmática capaz de explicar não apenas implicaturas de negação de termos fortes por alternativas escalares fracos, mas, também, inferências análogas — de negação — de termos não escalares e implicaturas de confirmação.

Afastando-nos das incertezas pertinentes à natureza e ao funcionamento das máximas conversacionais, bem como à definição de componentes elegíveis para escalas de Horn, procuramos recorrer, para elaboração de nosso modelo, a princípios interpretativos com aplicação demonstrável em amostra mais variada de inferências de significado.

Rejeitando que traços de escalaridade condicionem a derivação das implicaturas em pauta, defendemos que elas decorram de comparações entre itens com foco na compatibilidade entre sentidos *ad hoc* — frutos de ajustes conceituais sobre sentidos codificados — processadas com vistas ao preenchimento de fórmulas dedutivas de tipo *modus ponens*. Para tanto, adotamos alguns dos fundamentos da Teoria da Relevância, como as noções de relevância (na acepção técnica postulada pela Teoria) e de explicatura.

REFERÊNCIAS

- BOTT, Lewis; NOVECK, Ira. Some utterances are underinformative: The onset and time course of scalar inferences. *Journal of Memory and Language*, Vol. 51(3). 2004.
- BREHENY, Richard, KATSOS, Napoleon; WILLIAMS, John. Are generalised scalar implicatures generated by default? An on-line investigation into the role of context in generating pragmatic inferences. *Cognition*, Vol. 100(3). 2005.
- CARSTON, Robyn. *Thoughts and Utterances: The Pragmatics of Explicit Communication*. Oxford: Blackwell, 2002.
- GAZDAR, Gerald. *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. Academic Press, New York, 1979.
- GAZES, Regina P.; HAMPTON, Robert. R.; LOURENCO, Stella F. Transitive inference of social dominance by human infants. *Developmental Science*, Vol. 20(2). 2015.
- GRICE, Paul. Logic and Conversation. In COLE, Peter; MORGAN, Jerry (eds.), *Syntax and Semantics*, Vol. 3: *Speech Acts*, Academic Press, New York, p. 41-58, 1975.
- HARTSHORNE, Joshua K.; SNEDEKER, Jesse; AZAR, Stephanie; KIM, Albert E. The Neural Computation of Scalar Implicature. *Language, Cognition and Neuroscience*, Vol. 30(5), p. 620 - 634. 2015.
- HIRSCHBERG, Julia. *A Theory of Scalar Implicature*. Ph.D. dissertation, University of Pennsylvania. 1985.
- HORN, Laurence. *On the semantic properties of logical operators in English*. Dissertation for Ph.D. in Linguistics. Los Angeles: UCLA. 1972.
- KAMPA, Alyssa; ZINSZER, Benjamin; PAPAFRAGOU, Anna; JASINSKA, Kaja. *Neural generation of scalar implicatures in preschool children and adults*. Apresentado em 44th Boston University Conference on Language Development (BUCLD), Boston, EUA. 2019.
- LEECH, Geoffrey. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.
- MATSUMOTO, Yo. The conversational condition on Horn scales. *Linguistics and Philosophy* 18, p. 21-60. 1995.
- NOVECK, Ira. When children are more logical than adults: Experimental investigations of scalar implicature. *Cognition*, Vol. 78(2). 2001.
- NOVECK, Ira; SPERBER, Dan. The why and how of experimental pragmatics: The case of 'scalar inferences'. In *Advances in Pragmatics*, ed. Noel Roberts. Palgrave, 2007.

- PAPAFRAGOU, Anna; TANTALOU, Nikki. Children's computation of implicatures. *Language Acquisition*, Vol 12(1). p.71-82. 2004.
- REITER, Ehud. The Computational Complexity of Avoiding Conversational Implicatures. *Proceedings of the 27th Annual Conference of the Association of Computational Linguistics*, 97-104. 1990.
- RICHARDS, Cassandra A.; SANDERSON, Jennifer A. The role of imagination in facilitating deductive reasoning in 2-, 3- and 4-year olds. *Cognition*, Vol. 72(2), B1–B9. 1999.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. Second edition, Oxford: Blackwell, 1995.
- WILSON, Deirdre. Relevance Theory and lexical pragmatics. *UCL Working Papers in Linguistics* 16, p. 343-360. 2004.
- WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Relevance Theory. In HORN, Laurence; WARD, Gregory (eds.) *The Handbook of Pragmatics*, Oxford: Blackwell, p. 607-632, 2004.

Recebido: 13/11/2021

Aceito: 4/6/2022

Publicado: 4/10/2022